

Eixo Temático: Estratégia e Internacionalização de Empresas

**PARTICIPAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
NOS MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO SUL**

**PARTICIPATION OF FAMILY FARMING IN SCHOOL FEEDING IN THE
MUNICIPALITIES OF RIO GRANDE DO SUL**

Filipe Mello Dorneles, Caroline Ferreira Mainardi, Janaína Wohlenberg e Thiago Antonio Beuron

RESUMO

O presente trabalho objetivou verificar a participação dos municípios do estado do Rio Grande do Sul, visando identificar os valores repassados pelo estado no período de 2011 a 2014 com base nos dados do PNAE, identificando o percentual investido por cada município na aquisição de produtos oriundos da agricultura família. Percebeu-se que no último ano pesquisado os valores repassados pelo estado do RS foram menores em comparação com os anos anteriores e conseqüentemente houve uma queda nos percentuais de aquisição da agricultura familiar. Entende-se a necessidade de continuidade deste trabalho para identificar o contexto e as causas que levaram ao decréscimo destes investimentos.

Palavras-chave: Agricultura Familiar, Alimentação, Políticas Públicas.

ABSTRACT

This study aimed to verify the participation of municipalities in the state of Rio Grande do Sul, to identify the values passed by the state in the period 2011 to 2014 based on PNAE data, identifying the percentage invested in each municipality in the acquisition of originating products family agriculture. It was noticed that in the last year researching the values passed by the RS state were lower compared to previous years and consequently there was a drop in the percentage of purchase of family agriculture. It is understood the necessity of continuing this work to identify the context and the causes that led to the decrease of investments.

Keywords: Family Agriculture, School Feeding, Public Policy.

1 INTRODUÇÃO

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) foi implantado em 1955, com o objetivo de contribuir para o crescimento, desenvolvimento, aprendizagem, rendimento escolar dos estudantes e a formação de hábitos alimentares saudáveis, por meio da oferta da alimentação escolar e de ações de educação alimentar e nutricional, a fim de contemplar os alunos da rede pública de ensino, entidades filantrópicas e comunitárias conveniadas ao poder público por meio de transferência de recursos financeiros (FNDE, 2016).

Schneider (2003) destaca que a emergência das discussões sobre a agricultura familiar ocorreu tardiamente no Brasil, quando levado em consideração a discussão nos países desenvolvidos. Entre os elementos sociais e políticos discutidos pelo autor, destaca-se a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em 1996. Esse programa surgiu como resposta às pressões de movimentos sindicais rurais e buscou a provisão de crédito agrícola e apoio as categorias de pequenos produtores rurais que historicamente apresentavam dificuldades na manutenção das atividades.

Com o surgimento da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, ficou estabelecida a participação da agricultura familiar como fonte de fornecimento de gêneros alimentícios às instituições públicas de ensino, determinando que, o mínimo de 30% sobre o recurso financeiro do repasse aos estados, municípios e Distrito Federal pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE fosse destinado a esse sistema de produção, por meio de chamada pública, dispensando-se, nesse caso, o procedimento licitatório (FNDE, 2016).

A FAO (2016) definiu o ano de 2014 como Ano Internacional da Agricultura Familiar (AIAF), com a finalidade de melhorar a visibilidade da agricultura familiar e dos pequenos agricultores, com foco na erradicação da fome e pobreza, segurança alimentar e nutricional, melhoria nos meios de subsistência, gestão dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e sustentabilidade em áreas rurais. Este estudo busca analisar justamente os avanços realizados após o período que buscou fomentar a discussão da importância dessa modalidade de produção, identificando o número de municípios do estado do Rio Grande do Sul que cumprem esta determinação.

Os contextos apresentados nas pesquisas nacionais indicam que os incentivos legais foram criados com o objetivo de estimular a produção local, auxiliar na economia das unidades familiares, bem como promover o fornecimento de alimentos saudáveis nas instituições de ensino.

2 METODOLOGIA

Ao buscar respostas aos questionamentos levantados neste estudo, adotou-se a pesquisa exploratória e descritiva. O método adotado possibilitou o esclarecimento de conceitos pouco explorados e uma maior compreensão do fenômeno pesquisado, com a finalidade de gerar estudos mais estruturados (SELLTIZ; WRIGHTSMAN; COOK, 1974). A pesquisa descritiva, conforme Gil (1991, p.46) adota “como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno”, tal classificação encontrou fundamento no estabelecimento e análise das características das regiões abordadas no estudo.

Quanto à abordagem do problema de pesquisa, o presente estudo caracterizou-se pela natureza quantitativa. A pesquisa quantitativa foi utilizada para dimensionar os dados, e caracterizou-se pela utilização de técnicas estatísticas para tal fim (MALHOTRA, 2006).

Os dados considerados foram coletados a partir dos relatórios publicados pela Fundação Nacional de Desenvolvimento da Educação em seu site oficial. Nos relatórios *Aquisições da Agricultura Familiar* podemos analisar os dados disponibilizados. Os dados

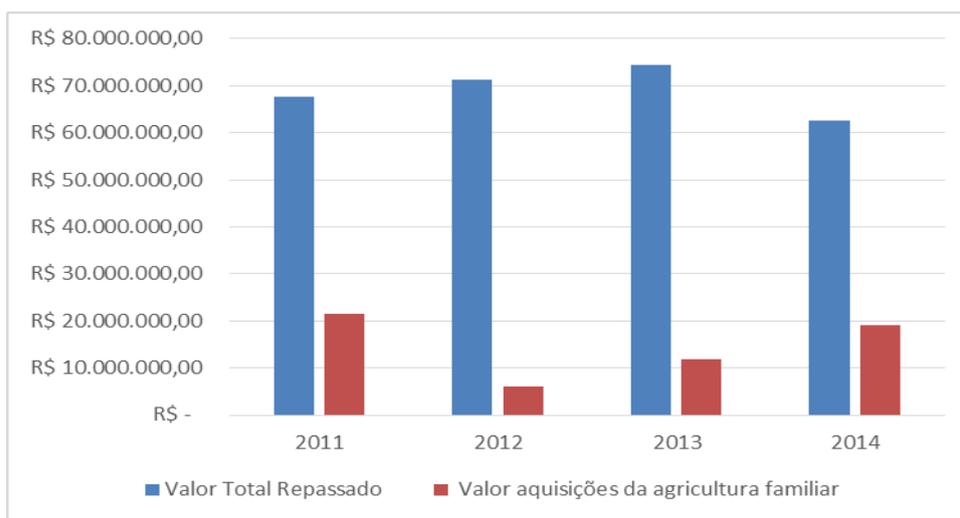
coletados no período de março-abril de 2016 foram tratados usando o *software Microsoft® Excel® 2013*. Foram realizadas análises estatísticas descritivas (MALHOTRA, 2006).

O foco deste estudo são os municípios do estado do Rio Grande do Sul, onde foram verificados os valores investidos na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar para o PNAE no período de 2011 a 2014 para verificar quantos municípios cumprem o estabelecido na Lei nº 11.947. Para isto foram analisados os 496 municípios e verificado em cada um deles a aquisição de merenda escolar oriundo da agricultura familiar.

3 RESULTADOS

Os agricultores familiares receberam um incentivo a mais para produzirem a partir da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, e logo obter renda, fornecendo alimentos para a merenda escolar da rede pública. Do valor advindo do Fundo Nacional Do Desenvolvimento Escolar que a Secretaria Estadual do Rio Grande do Sul repassa para os municípios, 30% deve ser encaminhado aos agricultores familiares.

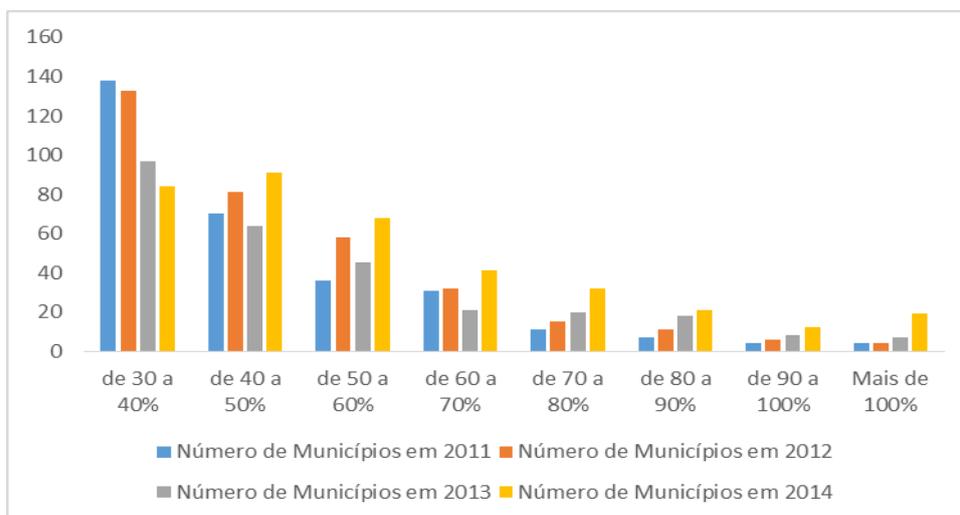
Figura 1 – Valores repassados ao estado do RS x Valor adquirido da agricultura familiar



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do FNDE (2014)

Em 2011 o estado repassou R\$ 67.613.748,00 aos municípios, sendo adquirido no total deste recurso R\$ 21.410.426,44 em produtos oriundos da agricultura familiar. Em 2012 o RS repassou R\$ 71.186.106,00 e foram adquiridos R\$ 6.027.714,64 em alimentos da agricultura familiar pelos municípios. Em 2013 o valor repassado pelo estado do RS aos municípios foi de R\$ 74.341.360,00 sendo encaminhado a agricultura familiar R\$ 11.782.922. Em 2014 o estado repassou um valor menor para os municípios em comparação com o ano anterior, foram R\$ 62.693.950,80, sendo comprado pelos municípios o valor de R\$ 19.204.599,23 da agricultura familiar.

Figura 2 – Repasse da verba estadual para a agricultura familiar



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do FNDE (2014)

Aferiu-se ainda que dos valores repassados pelo estado do RS no último ano da pesquisa, 2014, 84 municípios figuraram entre 30 e 40% quanto ao repasse da verba para a agricultura familiar, demonstrando um decréscimo frente aos outros anos. Por outro lado, houve um aumento no número de municípios que adquiriram produtos oriundos da agricultura familiar: 91 municípios repassaram entre 40 e 50% da verba em 2014, contra 70 municípios no ano de 2011; entre 50 e 60% do valor repassado do estado, 68 municípios fizeram aquisições da agricultura familiar; 41 municípios entre 60 e 70%; 32 municípios entre 70 e 80%, mostrando um grande aumento em relação aos outros três anos estudados, onde 11 municípios adquiriram produtos da agricultura familiar em 2011, 15 em 2012 e 20 municípios em 2013. Houve também um crescimento considerável de municípios que repassaram entre 80 e 90% do valor do FNDE para a agricultura familiar em 2014, foram 21 municípios contra 7 no ano de 2011; entre 90 e 100% do valor repassado a agricultura familiar, figuram 12 municípios; e 19 municípios repassaram mais de 100% da sua verba da merenda escolar para a agricultura familiar.

Percebe-se uma queda do valor repassado pelo estado do RS para aquisição da merenda escolar e conseqüentemente uma queda das aquisições oriundas da agricultura familiar. O motivo deste decréscimo não foi encontrado nos documentos e publicações oficiais, estas explicações serão exploradas em pesquisas futuras. Observou-se ainda que o número de municípios que passaram a adquirir um valor maior de produtos da agricultura familiar cresceu de 2011 a 2014.

4. CONCLUSÃO

Este estudo buscou analisar os avanços realizados após o período que buscou fomentar a aquisição de produtos oriundos da agricultura familiar, identificando os municípios do estado do Rio Grande do Sul que cumprem a determinação legal.

Os resultados preliminares apontam que a legislação não é atendida em sua totalidade, no entanto, o número de municípios que adquirem produtos oriundos da agricultura familiar para a merenda escolar têm aumentado nos últimos anos.

Estudos futuros poderão abordar os casos dos municípios que não atendem a legislação, tentando identificar os impedimentos ou dificuldades encontradas para esta aquisição.

REFERÊNCIAS

FAO. Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação. **Sobre - O que é agricultura familiar?**. Acesso em 07/04/2016. Disponível em: <<http://www.fao.org/family-farming-2014/home/what-is-family-farming/pt/>>

FNDE. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br>>. Acesso em: 06 de abr. 2016.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.

GONÇALVES, H. V. B. et al. Family farming products on menus in school feeding: a partnership for promoting healthy eating. **Ciência Rural**. Santa Maria, v.45, n.12, p.2267-2273, dez, 2015.

MALHOTRA, N. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. vol.18 n.51. São Paulo. Feb. 2003.

SELLTIZ, C.; WRIGHTSMAN, L. S.; COOK, S. W. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: E.P.U. / EDUSP, 1974.